FUNCIÓNARIO PÚBLICO — SALÁRIO-FAMÍLIA

— O salário-família devido a dependente de servidor público, civil ou militar, falecido, deverá continuar a ser pago ao respectivo responsável.

— Interpretação da Lei n.º 1.149, de 30-6-50.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 4.631-50

Pagamento de salário-família a dependentes de servidor falecido. — A Secretaria Geral do Ministério da Guerra (S. G. M. G.) solicita parecer sobre pagamento de salário-família.

2. Originou-se o processo, do requerimento formulado por Izaltina Jones de Araujo, casada civilmente sob o regime de comunhão de bens com Alvaro Vitor de Araujo ex-escriturário, classe G, falecido em 5-7-48.

3. Consta do processo existirem do consórcio cinco filhos menores, que vivem em companhia da requerente, cujos nomes se acham consignados na declaração de família feita em tempo oportuno pelo *de cujus* e arquivada na Secretaria da Guerra.

4. A interessada deseja agora a continuação do pagamento do salário-família, que vinha sendo pago aos referidos menores antes do falecimento do seu espôso, porém, requer que seja concedido a partir da data em que o benefício foi suspenso ou seja a partir de julho de 1948.

5. Ao encaminhar a consulta, a S. G. M. G. ratifica as declarações da mencionada viúva e ainda esclarece que se encontram arquivadas as certidões de nascimento de todos os dependentes assim como a certidão de casamento do casal.

6. A dita Secretaria opinando pela concessão do salário-família a partir da vigência da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, situa a posição da viúva em causa como idêntica à das outras viúvas de servidores, das quais a Secretaria não exigiu outros documentos além dos já existentes em seu arquivo ou anotados em fichários.

7. Pelo decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, foi instituído o regime de salário-família, para os servidores civis, os aposentados e o pessoal em disponibilidade da União, que tiverem dependentes, desde que estes vivam total ou parcialmente às expensas do servidor em exercício ou do inativo.

8. Posteriormente, a Lei n.º 488, de 15-11-48, publicada no *Diário Oficial*

da União de 18 dos mesmos mês e ano, ampliando o benefício concedido pelo decreto-lei citado, dispôs, no art. 34, *verbis*: — “ocorrendo o falecimento do servidor público civil ou militar, o salário-família continuará a ser pago a seus filhos menores, até que atinjam a maioridade”.

9. Ademais, a Lei n.º 1.149, de 30 de junho de 1950, estendeu a concessão do salário-família aos responsáveis por dependentes de servidor público federal, falecido antes da citada Lei n.º 488-48, retroagindo seus efeitos a partir da data da promulgação desse diploma legal.

10. Assim, o salário-família devido a dependente de servidor público civil ou militar falecido, deverá continuar a ser pago ao respectivo responsável.

11. Aliás, o DASP, no Processo n.º 991-49, publicado no *Diário Oficial* de 22-3-49, já havia esclarecido que a habilitação ao recebimento do salário-família deve ser feita pelo cônjuge sobrevivente, ou pela pessoa sob cuja

guarda e a cujas expensas estiver o dependente, na forma de lei civil.

12. Quando existir prova como a mencionada no presente processo (certidões de nascimento e casamento), é óbvio, tornar-se-ão desnecessárias outras para a habilitação do responsável.

13. De maneira que as provas “mediante atestado de dois funcionários públicos federais que exerçam cargo de chefia, ou por dois oficiais superiores das forças armadas, com as firmas reconhecidas”, de que trata o art. 4.º da Lei n.º 1.149, de 30-6-50, são supletivas das previstas pela legislação específica, a que se refere o art. 1.º desse diploma legal; somente deverão ser exigidas se a Administração opuser alguma dúvida sobre as normalmente obrigadas.

14. Proponho a restituição do processo à S. G. M. G.

D. P., em 22 de setembro de 1950.
— *Paulo Poppe de Figueiredo*, Diretor Substituto.

De acôrdo: *Bittencourt Sampaio*, Diretor Geral.